

## Acordo de Costa prevê renúncia a recurso e envolve até familiares

### Reprodução

Se o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa (*foto*) discordar do julgamento que fizerem do seu caso, não poderá fazer nada. Ele abriu mão de seu direito de defesa ao assinar o [acordo de delação premiada](#) com o Ministério Público. No documento, Costa desistiu não apenas dos *Habeas Corpus* ou de ações em andamento, mas também renunciou “ao exercício do direito de recorrer” das sentenças de condenação em relação aos fatos que são objetos do acordo.

Ao mesmo tempo em que se compromete a não reclamar do que ficar decidido, Costa também topou pagar cerca de R\$ 73 milhões para a União. O montante é superior à soma de tudo o que a [Advocacia-Geral da União já conseguiu com ações no exterior para a recuperação de ativos decorrentes de corrupção](#).



Costa renunciou em favor da União, a qualquer quantia que tenha em contas bancárias e investimentos no exterior. O acordo cita especificamente cerca de US\$ 26 milhões (cerca de R\$ 62 milhões) que estariam em nome de familiares do ex-diretor da Petrobras na Suíça e em Cayman.

Ele também se compromete a pagar R\$ 5 milhões, como indenização cível “por danos que reconhece causados pelos diversos crimes”, e a entregar, como compensação cível pelos danos, uma lancha de R\$ 1,1 milhão; um terreno em Mangaratiba (RJ) de R\$ 3,2 milhões; cerca de R\$ 1,2 milhão, em moeda nacional, dólares e euros; e um carro que ele teria recebido do doleiro Alberto Yousseff, avaliado em R\$ 300 mil.

### Em família

A família do ex-diretor da Petrobras também aparece no documento da delação premiada. Sua mulher e outros quatro parentes são citados nominalmente no documento — o MP afirma que todos estão sendo investigados por crimes como corrupção, peculato, lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa.

O Ministério Público deve oferecer acordos aos familiares que forem citados, mas impõe uma condição que advogados ouvidos pela **ConJur** reputam como típica de quem pratica extorsão: se Costa violar seu acordo, os tratos firmados por seus parentes também caem por terra. Ou seja, qualquer deslize do ex-diretor poderá refletir na vida de seus familiares.

O ex-diretor de abastecimento da Petrobras foi preso em março em meio à operação lava jato, que investiga suposto esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas que seria comandado por Alberto Yousseff.

Durante interrogatório à Justiça Federal, nesta quarta-feira (8/10), em Curitiba, Costa afirmou que as

grandes empresas contratadas pela Petrobras para tocar projetos de produção, gás e energia costumavam fazer um “acordo prévio” para acrescentar em seus orçamentos uma taxa para agentes políticos. Cerca de 3% dos valores dos contratos eram desviados para “ajuste político” e repassados a partidos.

Clique [aqui](#) para ler o acordo de delação premiada assinado por Costa.

**Date Created**

10/10/2014